

## CRÍTICA DE SCHOPENHAUER À MORAL KANTIANA

*SCHOPENHAUER'S CRITIC TO KANTS MORAL*

Marcos Schwengber<sup>1</sup>  
Vagner Sassi<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo apresenta uma crítica do filósofo Arthur Schopenhauer à moral de Immanuel Kant. Schopenhauer começa demonstrando um equívoco do pensador prussiano ao afirmar que ele só leva em consideração somente a racionalidade do homem, enquanto a parte empírica humana é deixada de lado. Além disso, o pensador de Dantzig tenta apresentar uma moral fundamentada em ações desinteressadas – sem vantagem particular ou egoísta – para possuir valor moral.

Palavras-chave: Kant. Schopenhauer. Moral.

### ABSTRACT

This article presents a criticism of the philosopher Arthur Schopenhauer to the morality of Immanuel Kant. Schopenhauer begins by demonstrating a misconception of the Prussian thinker by stating that he takes into account only the rationality of human being, while the human empirical part is left aside. Moreover, Dantzig's thinker attempts to present a morality grounded in disinterested actions – with no particular or selfish advantage – to possess moral value.

Keywords: Kant. Schopenhauer. Moral.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Filosofia pela FAE Centro Universitário. *E-mail*: freischwengber@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: vagner.sassi@bomjesus.br

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a compreensão que Arthur Schopenhauer tem da moral kantiana. A crítica está fundamentada na obra *Sobre o fundamento da moral*, essa é basicamente toda a crítica que Schopenhauer faz a Kant.

Schopenhauer começa criticando o imperativo categórico kantiano, o qual é absolutamente racional e, portanto, independe de elementos empíricos para subsistir. A partir daí Kant é criticado porque esquece de incluir em seu imperativo um elemento que faz parte do homem, a parte sensitiva.

Contudo, os filósofos, apesar de partirem de prismas diferentes, possuem algumas convergências. Schopenhauer escreveu que Kant merece ser reconhecido por ser o primeiro filósofo a purificar a ética do eudemonismo, ou seja, de uma ética que busca como objetivo a felicidade, independentemente do processo que a determine.

Apesar desse detalhe de reconhecimento, o que mais predomina entre esses dois pensadores modernos é a crítica por parte de Schopenhauer, até mesmo porque ele segue uma linha de pensamento que difere da kantiana. Ademais, eles foram contemporâneos por um tempo, mas pelo fato de Kant ser mais velho e, conseqüentemente escrever primeiro suas obras, sofre posteriormente críticas schopenhauerianas após sua morte.

Assim, para fundamentar suas críticas, Schopenhauer busca uma moral desinteressada, que seja uma ação livre, independente de leis superiores e exteriores ao homem. Desse modo, o objetivo da crítica é analisar como deve ser fundamentar a moral, levando em consideração os dois aspectos – racional e empírico – do homem.

### 1 CRÍTICA DE SCHOPENHAUER À MORAL KANTIANA

Para uma boa compreensão da temática proposta por Arthur Schopenhauer, fazem-se necessárias considerações acerca de sua vida, de seus principais conceitos e sua linha de pensamento.

#### 1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE SCHOPENHAUER

Arthur Schopenhauer nasceu em Dantzig, em 22 de fevereiro de 1788, filho do abastado comerciante Heinrich Floris Schopenhauer e de Johanna Heinrich Trosiener. Encaminhado ao comércio pelo pai, Schopenhauer decide, porém, dedicar-se aos estudos depois da morte do pai, que se suicidou em 1805. Matriculou-se na Universidade

de Göttingen, onde teve como professor o cético G. E. Schulze, autor de *Enesídemo*. Foi por conselho de Schulze que ele estudou “o surpreendente Kant” e o “divino Platão” (REALE, 2005, p. 209).

Em 1813 recebeu a láurea em Filosofia na Universidade de Jena, com a dissertação *Sobre a quádrupla raiz do princípio da razão suficiente*. Em 1818 transferiu-se para Dresden, onde concluiu a obra *O mundo como vontade e representação*, que, publicada no ano seguinte, teria repercussão mínima, tanto que a maior parte dessa primeira edição acabou inutilizada. Em 1820, Schopenhauer trocou Dresden por Berlin, com o objetivo de empreender aqui a carreira acadêmica (REALE, 2005, p. 209-210).

Em 23 de março, realizou as lições de prova e, com toda a Faculdade reunida, a discussão *Sobre as quatro diferentes espécies de causa*. Durante essa discussão, entrou em atrito com Hegel. Homem de muita cultura e grande viajante. Em 1831, para fugir à epidemia de peste que grassava em Berlin, Schopenhauer se estabeleceu em Frankfurt, onde ficou até sua morte, ocorrida em 21 de setembro de 1860 por causa de uma pneumonia. Nesse meio tempo, publicou *A vontade da natureza*, em 1836, e *Os dois problemas fundamentais da ética*, em 1841 (REALE, 2005, p. 209-210).

Sua última obra, *Parerga e Paralipomena*, de 1851, é um conjunto de ensaios (dentre eles, *A filosofia das universidades e Aforismos sobre a sabedoria da vida*) escritos de modo brilhante e popular, que, precisamente por isso, contribuíram para difundir o pensamento de Schopenhauer. Desse modo, nos últimos anos de vida, teve a satisfação do reconhecimento público. Foi grande a influência de Schopenhauer sobre a cultura posterior a ele: já se falou do schopenhaurismo de filósofos contemporâneos como Wittgenstein e Horkheimer, e seu pensamento, de alguma forma, marcou o romance europeu de Tolstoi, Maupassant, Zola, Anatole France, Kafka e Thomas Mann. No Brasil, influenciou o escritor Machado de Assis<sup>3</sup> e o poeta Augusto dos Anjos<sup>4</sup> (REALE, 2005, p. 210).

---

<sup>3</sup> “Nada de extraordinário, por conseguinte, que a visão pessimista de Machado de Assis tenha encontrado abrigo e consolo na doutrina de Schopenhauer, também um de seus autores prediletos” (REALE, 2005, p. 19).

<sup>4</sup> “A influência do filósofo na poesia augustiniana pode ser especialmente sentida na afirmação do caráter positivo da dor, a fê mística no sublime artístico como quietivo e o privilégio romântico do sentimento sobre a razão parecem saídos diretamente de *O mundo como vontade e representação*” (MORAIS; MACHADO; FREIRE JÚNIOR, 2012, p. 49).

Arthur Schopenhauer é também conhecido como um filósofo pessimista<sup>5</sup> devido a sua maneira de encarar a vida, que desde cedo não parecia fácil a ele. Segundo ele, seu pai agia com firmeza para com ele e o exigia bastante, mesmo ele tendo apenas dez anos, de modo que “recaiu a decisão dele (isto é, de seu pai, Heinrich) de que eu deveria ser educado com os conhecimentos necessários para me tornar um hábil comerciante e [...] para mostrar a melhor educação e os hábitos mais finos” (SCHOPENHAUER apud SAFRANSKI, 2011, p. 54).

## 1.2 CRÍTICA À MORAL KANTIANA

Antes de adentrar na crítica, propriamente, feita pelo filósofo alemão Arthur Schopenhauer à moral kantiana, faz-se necessária uma contextualização de como partiu a ideia da presente fundamentação da moral schopenhaueriana.

### 1.2.1 A Questão Moral

Em 1837, a Sociedade Real Dinamarquesa de Ciências de Copenhague, propôs um concurso que visava tratar a seguinte questão:

Tendo em vista que a ideia originária da moralidade ou de seu conceito principal da lei moral suprema surge como uma necessidade que lhe é própria, embora não seja de modo algum a lógica, não só na ciência que tem por objetivo expor o conhecimento do ético, mas também na vida real, na qual ela se apresenta em parte no juízo da consciência sobre nossas próprias ações, em parte em nossos juízos morais, sobre o comportamento dos outros, e tendo em vista, além disso, que vários conceitos morais principais, nascidos daquela ideia e dela inseparáveis, como, por exemplo, o conceito de dever e o da imputabilidade, fazem – se valer com a mesma necessidade e no mesmo âmbito – e, ainda, que nos caminhos que segue a pesquisa filosófica de nosso tempo parece muito importante

---

<sup>5</sup> O fato de a vida ser conduzida pela vontade que, por sua vez, não pode ser satisfeita absolutamente, faz com que o homem viva em uma grande insatisfação. Por isso, o pessimismo de Schopenhauer, “nasce da observação direta das condições da existência humana na terra. A felicidade não existe no mundo, e tudo quanto podia levar o homem a uma condição otimista não tem representação real. Assim é que ele afirma: ‘Sentimos a dor, mas não a ausência da dor; sentimos a inquietação, mas não a sua ausência; o temor, mas não a tranquilidade. Enquanto possuímos os três maiores bens da vida, saúde, mocidade e liberdade, não temos consciência deles, e só com a perda desses bens é que os apreciamos, porque são bens negativos’. Schopenhauer radicaliza o pessimismo (GUIMARÃES, *apud* SCHOPENHAUER, 2013, p. 7).

investigar de novo este objeto – quer a Sociedade que se reflita e se trate cuidadosamente da seguinte questão: A fonte e o fundamento da filosofia moral devem ser buscados numa ideia de moralidade contida na consciência imediata e em outras noções fundamentais que dela derivam ou em outro princípio do conhecimento (SCHOPENHAUER, 2001, p. 4).

O objetivo da Sociedade Real era de que essa questão sobre o fundamento da moral fosse respondida sem se fundamentar em qualquer filosofia já existente ou na metafísica. Schopenhauer, porém, também conhecido como o filósofo pessimista, para responder a tal problema, afirma que:

[...] na filosofia, qualquer que seja seu fundamento ético, ele deve ter, por sua vez, seu ponto de apoio e sua base em alguma metafísica, quer dizer, na explicação do mundo em geral. Pois a última e verdadeira elucidação sobre a essência interna de todo das coisas tem de estar necessária e estreitamente ligada com aquela que expressa o significado ético do comportamento humano, em todo o caso, com aquilo que é estabelecido como fundamento da moral. (SCHOPENHAUER, 2001, p. 7).

Entretanto, nota-se a necessidade de um fundamento, de uma base sólida que possa sustentar esta questão ética. Segundo Schopenhauer, para que a fundamentação ética não seja uma proposição abstrata que paire no ar, deve haver um apoio em um fato existente no mundo real. “Em contrapartida, com a separação, posta nessa tarefa como necessária, entre a ética e a metafísica, nada mais resta senão o procedimento analítico, que parte dos fatos, quer da experiência externa, quer da consciência” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 8).

Cabe aqui um detalhe importante acerca da metafísica entendida por Schopenhauer, como afirma Gutierrez em sua dissertação de mestrado: “a metafísica deve ser para Schopenhauer imanente e através da experiência não só pode como deve desvendar aquilo que o mundo tem de oculto e que existe de maneira impassível. Esse oculto, para ele, é a vontade” (2010, p. 1).

Schopenhauer vai, aos poucos, delimitando como ele pretende responder à questão elaborada pela Sociedade Real Dinamarquesa de Ciências de Copenhague: “Finalmente, o fundamento sobre o qual tenciono colocar a ética será bem exíguo. Com isso [...], apenas uma pequena parte dá-me como tendo surgido de puras motivações morais fundamentais [...]” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 9).

O filósofo quer afirmar com isso que a maior parte das ações que parte do comportamento humano é dotada de interesses particulares e, por isso, não é pura. Por menor que seja a ação, Schopenhauer a preferirá à outra que não seja capaz de fundamentar a sua moral:

Mas se, como eu, se preferir uma posse *segura* a uma *grande*, o pouco ouro que remanesce no crisol à grande quantidade que é trazida com ele – ou se me culparem ainda por ter antes retirado do que oferecido o fundamento da moral, quando demonstro que as ações humanas, de acordo com a lei e louváveis, frequentemente não possuem nenhum conteúdo moral e, algumas vezes, apenas uma pequena parte dele, repousando de resto sobre motivos cuja eficácia é atribuída por fim ao egoísmo do agente –, tenho a este respeito de permanecer indeciso, embora não sem preocupação, mas resignado (SCHOPENHAUER, 2001, p. 9-10, grifo do autor).

Para Schopenhauer, a moral deve estar desligada totalmente de qualquer interesse, ou seja, uma ação não pode carregar intenções secundárias por detrás dela. Daí parte a dificuldade de definir uma fundamentação para a moral.

### 1.2.2 Convergências

Sabe-se que Schopenhauer foi contemporâneo de Immanuel Kant, mas é mais conhecido como pós-kantiano por ter vivido mais tempo (além de) Kant e por ter refutado alguns dos pensamentos dele. Contudo, antes de se fazer uma crítica a Kant, esclarecer-se-á que Schopenhauer reconhece que Kant possui um mérito referente à ética, como um pontapé importante para ela:

O grande mérito de Kant foi tê-la purificado de todo *Eudemonismo*. A ética dos antigos era eudemonista, e a dos modernos, na maioria das vezes, uma doutrina da salvação. Os antigos queriam demonstrar virtude e felicidade como idênticas; estas, porém, eram como duas figuras que não se recobrem, não importa o modo como as colocamos. Os modernos querem colocá-las numa ligação, não de acordo com o *princípio de identidade*, mas como o *de razão suficiente*, fazendo, portanto, da felicidade a consequência da virtude (SCHOPENHAUER, 2001, p. 19, grifo do autor).

Há esta concordância entre os dois filósofos acerca do Eudemonismo<sup>6</sup> porque se trata de uma maneira de amenizar e alienar o momento presente, quando ele é perpassado pela dor ou sofrimento. A principal característica do eudemonismo, além dessas já colocadas, é de almejar a felicidade como ponto final, tornando-se um meio para tal fim.

Segundo Gutierrez, “Tal crítica ao Eudemonismo se deve ao fato de que ele é um meio de atingir a felicidade, o bem viver ou, ao menos, a ideia de viver com menos sofrimento possível” (2010, p. 13). O problema aqui é bem claro e o porquê Schopenhauer conferiu o mérito a Kant: uma ação moral não visa um fim<sup>7</sup>, senão ela se tornaria um meio<sup>8</sup> de se atingir uma meta que se deseja.

A partir dessa comprovação é que Schopenhauer assegura que Kant foi o primeiro filósofo moderno a dar uma concepção realmente procedente àquilo que se entendia por moral antes dele. “Kant afirma que o ato verdadeiramente moral é aquele que não possui nenhum interesse pessoal, seja ele qual for” (GUTIERREZ, 2010, p. 5). Já entre os antigos, “apenas Platão faz exceção entre os antigos: sua ética não é eudemonista, por isso, contudo, torna-se mística” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 19).

Uma ação moral não deve ser eudemonista porque a ação não necessariamente fará feliz aquele que, ao agir, o fizer moralmente:

Agir moralmente não significa necessariamente que aquele que assim age será feliz com essa ação. Na maioria das vezes, o oposto é o que encontramos na moralidade quando, por exemplo, agimos de determinada maneira por considerar essa maneira a correta a ser seguida ainda que ela vá contra tudo o que queremos e que nos fará feliz (GUTIERREZ, 2010, p. 14).

Aqui se tem uma prova que garante que uma ação moral deve ser totalmente destituída de interesse, porque ela deve ser apenas uma ação sem expectativa de que algo venha como recompensa. Assim, deve-se entender uma ação moral como se fosse uma última ação a favor de alguém e que depois dessa ação, não houvesse possibilidade de ser retribuída.

---

<sup>6</sup> Eudemonismo (*eudémonisme*): Toda ética que faz da felicidade (*eudemonia*) o bem soberano. É o caso, desde Sócrates, da quase totalidade das escolas antigas, que coincidiam em pensar que todo homem quer ser feliz e que é também esse o objetivo da filosofia. (COMTE-SPONVILLE, 2003, p. 223-224, grifo do autor).

<sup>7</sup> *Fim* é o motivo direto de um ato de vontade (SCHOPENHAUER, 2001, p. 75, grifo do autor).

<sup>8</sup> *Meio* é um motivo indireto (SCHOPENHAUER, 2001, p. 75, grifo do autor).

### 1.2.3 Críticas

Conforme exposto, uma ação moral, segundo Schopenhauer e Kant, precisa ser evidentemente desinteressada. Porém, Schopenhauer assegura que Kant, apesar de ser o primeiro a aderir essa visão, não conseguiu fundamentar sua moral de modo que ela fosse desinteressada.

Segundo Gutierrez, “a crítica de Schopenhauer à moral kantiana recai como dito, em sua fundamentação que é o imperativo categórico” (2010, p. 7): “Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa sempre valer ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (KANT, 2002, p. 51).

A partir dessa lei fundamental da razão prática pura é que Kant elabora a sua moral. Lei aqui deve ser entendida como um *dever* a ser cumprido. Contudo, Schopenhauer refuta esse argumento de Kant:

Este conceito une-se a seus afins, portanto aos de *lei*, *mandamento*, *dever* e outros que tais e, tomado neste sentido incondicionado, tem sua origem na moral teológica e permanecerá um estranho na filosofia até o momento em que apresente um reconhecimento válido a partir da essência da natureza ou do mundo objetivo (SCHOPENHAUER, 2001, p. 25, grifo do autor).

Tratando-se de uma lei, de um dever e de um mandamento, Schopenhauer os entende todos com o mesmo sentido: “Cada dever é também necessariamente *condicionado pelo castigo* ou *pela recompensa* e assim, para falar a linguagem de Kant, essencial e inevitavelmente *hipotético* e jamais, como ele afirmou, *categórico*” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 27, grifo nosso).

Para uma maior compreensão, poder-se-ia dizer que o conceito *dever* não existe sozinho. A partir dele sobrevêm outros conceitos como possibilidades, como se não se cumprir o dever possa trazer tanto um castigo, como se cumprir o dever pode trazer uma recompensa. Por isso Schopenhauer afirma que é *hipotético*, porque ele deixa dúvida e porque a partir dele há duas suposições/condições: recompensa ou castigo.

Nesse sentido, Schopenhauer afirma que “se tais condições forem abstraídas, o conceito de *dever* fica vazio de sentido” (2001, p. 27). Clarificou-se agora que Schopenhauer sustenta que o dever é hipotético porque é sempre condicionado. Ele é imperativo enquanto dever – algo que deverá obrigatoriamente ser feito –, mas enquanto resultado do dever, se será castigo ou recompensa, é hipotético: “É

simplesmente impossível pensar uma voz que comanda, [...] a não ser ameaçando ou prometendo. Mas, assim, a obediência em relação a ela mesma, [...] será sempre, todavia, em proveito próprio e, portanto, sem valor moral” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 27).

Antes de Schopenhauer fazer essa crítica, “a ética kantiana foi aceita por todos e tida como base para as mais diversas criações de sistemas éticos que, por mais que se esforçassem em ser originais, tinham como fundamento oculto o imperativo categórico kantiano” (GUTIERREZ, 2010, p. 7). Percebe-se aqui que a partir dessa crítica, Schopenhauer não só problematizou e purificou a ética kantiana, mas, outrossim, todas as que a partir dela se embasaram.

Segundo o filósofo pessimista, “o *dever condicionado* não pode ser certamente um conceito ético fundamental, porque tudo o que acontece visando a recompensa ou o castigo é necessariamente uma ação egoísta e, sendo assim, sem puro valor moral” (2001, p. 28, grifo do autor). O dever condicionado, ao mesmo tempo que é egoísta, dispõe de direitos, “mesmo porque ninguém aceita um dever gratuitamente, e cada dever dá um direito. O escravo não tem direitos, mas existe para ele um *dever* que repousa na mera coerção” (2001, p. 28, grifo do autor).

Desse modo, Schopenhauer conclui que a moral kantiana está fundamentada numa moral teológica e que o ajudou a desenvolver uma teologia moral, já que o fundamento de sua moral era teológico: “Pois para isto ele só precisou extrair expressamente conceitos postos por meio do *dever* que, escondidos, alicerçavam sua moral, estabelecendo-os explicitamente como postulados da Razão Prática” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 29, grifo do autor).

Ademais, Schopenhauer afirma que “a ética deve consistir numa parte pura, isto é, cognoscível ‘a priori’, e numa parte empírica” (p. 34, 2001). Contudo, Kant fica apenas com a primeira parte que constitui a ética, excluindo a parte empírica para que sua moral seja uma ciência pura. “Porém, descobrir a primeira e expô-la separadamente é seu intento na *Fundamentação da metafísica dos costumes*” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 34, grifo do autor).

Schopenhauer, em sua filosofia, parte sempre do sensível e empírico, acreditando que é através deles que advêm a verdade, a decifração do mundo, a moral, a ética, e não de ideias abstratas:

Tal método também se aplicaria à questão moral que faz parte, evidentemente, desse mundo a ser decifrado, assim,

tudo aquilo que é considerado pelo autor [Kant] como abstrato e que pretende fundamentar a ética deve ser demolido (GUTIERREZ, 2010, p. 8, grifo nosso).

A questão torna-se mais agravada a partir do que foi mencionado, pois Kant criou para o homem uma moral que está fora da realidade objetiva do homem:

Assim, a tentativa de Kant em apresentar uma moral que em nenhum momento necessita de qualquer tipo de experiência, ou seja, está totalmente desligada de qualquer elemento empírico para existir e, ainda mais que isso, só é verdadeira por nele não estar fundamentada, excluindo assim, toda e qualquer ligação com o mundo objetivo, e isso inclui os homens, é algo abstrato demais (GUTIERREZ, 2010, p. 8).

Há dois tipos de experiência que Kant poderia se referir: externa<sup>9</sup> e interna<sup>10</sup>. Porém, ele acaba por não usar nenhuma das duas, deixando sua moral absoluta e puramente racional. Segundo Schopenhauer, “[...] *conceitos puros “a priori”*, quer dizer, conceitos que não têm ainda nenhum conteúdo da experiência externa ou interna, que são, portanto, puras cascas sem caroço, é que devem ser o fundamento da moral kantiana” (2001, p. 35):

Esse imperativo, profundamente racional, precedia a experiência, mais ainda, na verdade independia dela, pois para ele, a razão não precisava do elemento empírico para fundamentar a ética, ou seja, a racionalidade foi elevada ao seu nível máximo na generalização de um fundamento moral que se estenderá para todos os seres racionais o que levou Kant a enxergar o mundo por um filtro de sensibilidade (espaço e tempo) e de entendimento, que priorizou a normatividade do “dever” acima do “ser” (LIMA, 2012, p. 54)

Kant exclui totalmente o sentimento do homem, de modo que ele é apenas um ser racional e determinado a partir desta razão sem contato com a experiência, segundo Schopenhauer: “Por isso, ele se baseia na *razão pura* (que nada conhece senão a si mesma e ao princípio de contradição) e não em qualquer sentimento” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 36).

---

<sup>9</sup> Experiência externa é a que se faz no mundo (limitado por Kant como fenômeno, aquilo que se pode conhecer) através da experiência das coisas sensíveis.

<sup>10</sup> Experiência interna refere-se à consciência humana.

Dessa forma, a lei moral<sup>11</sup>, como não tem nenhum respaldo na experiência, seja interna ou externa, é *a prioristicamente* um conteúdo formal. A razão pura estabelece as leis que deverão ser cumpridas pelo ser dotado da mesma razão, o homem, e serem conformes ao dever – se não forem conformes ao dever, não serão consideradas ações morais. Poderia se afirmar que a razão estabelece a sua própria lei e, em seguida, deve ela mesma cumpri-la: “Tem de ser *comandada!* Que moral de escravos!” (2001, p. 40), ironiza Schopenhauer.

Acerca dos prismas sobre uma ação moral, Lima sintetizou bem o que os dois pensadores modernos ponderam como ação moralmente válida:

Para Kant, a ação seria considerada valiosa moralmente quando conformada ao dever, independente da relação de simpatia, identidade ou comiseração com o sofrimento de outrem. Para Schopenhauer, tal seguimento, considerado por ele cego, como proposta de uma lei racional revolta o sentimento moral genuíno, pois fixa a ausência de um sentimento nobre tal qual o amor tão estimado entre as religiões e dentre estas, mais especificamente a cristã (LIMA, 2012, p. 59).

Essa ação, para Schopenhauer, é cega porque o sujeito deve excluir algo que é parte de si, o sentimento, para realizar um comando exigido pela razão. A ação conforme a lei, segundo Lima, “anula a proximidade ou mesmo a identidade com o sofrimento alheio, tendo em vista que esta ação não decorre da necessidade nem de sentimentos, nem da aproximação com o agente sofredor” (2012, p. 60). Ou seja, anula qualquer ação altruísta ou de compaixão.

Em contrapartida, Schopenhauer apresenta uma predileção de Kant, além do supracitado que, de certa forma, reduz o homem mais do que apenas a um ser racional. Kant engloba o homem em uma dimensão em que ele não é único, pois pressupõe outros seres racionais, de maneira que o ser humano é apenas uma espécie dos seres racionais:

A saber, o princípio moral a ser estabelecido, que tem de ser uma *proposição sintética* “a priori” de mero conteúdo formal e, portanto, coisa só da *pura razão*, deve valer *não apenas para seres humanos*, mas *para todo ser racional possível* e “só por isso”, portanto, de passagem e “per accidens” [por acaso] também para os homens (SCHOPENHAUER, 2001, p. 36, grifo do autor).

---

<sup>11</sup> A razão pura é por si só prática e dá (ao homem) uma lei universal, que chamamos de **lei moral** (Kant, 2002, p. 53, grifo do autor).

Segundo Schopenhauer, Kant considera um grande mérito fundar sua lei moral em conceitos abstratos e *a priori*, “e, por conseguinte, na *razão pura* e que fosse válida não só para os homens, mas para todos os seres racionais como tais”, porém, “de outros seres racionais não posso falar” (2001, p. 52). Todavia, Schopenhauer afirma que este é um dos erros cometidos por Kant.

A dimensão racional do homem tão frisada por Kant não é o que mais interessa a Schopenhauer, de modo que ele escreve “que tanto a *razão* como a *faculdade de conhecimento* são de fato algo secundário, algo pertencente ao fenômeno [...], ao passo que o núcleo próprio, o único metafísico e por isso indestrutível no ser humano, é sua *vontade*” (2001, p. 38).

Ademais, fica em segundo plano para o filósofo de Dantzig, quando Kant se refere ao valor moral das ações; o valor moral, para Kant, não repousa na intenção com que elas são realizadas, mas na máxima que é seguida, ou seja, só na ação: “Contra isso eu ofereço à reflexão o fato de que *só a intenção decide sobre o valor moral ou não de um ato*, donde o mesmo ato pode ser reprovável ou louvável segundo a intenção” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 41, grifo nosso).

Schopenhauer propõe que o valor moral de uma ação não deva repousar sobre uma conformação à lei e ao dever, mas ao contrário, propõe uma reflexão sobre noção de intenção. Tendo em vista que muitos podem esconder suas reais intenções por detrás de uma ação socialmente elogiável e convencionalmente aceita, deriva-se disto que o resultado de uma ação não necessariamente pode ou deve corresponder à intenção de quem a realizou, o que põe em cheque a questão da validade ou não de uma determinada ação (LIMA, 2012, p. 60).

Essa asserção de Schopenhauer faz lembrar o ditado popular “o que vale é a intenção”. Segundo ele, o valor moral está na intenção daquele que desempenha a ação e não propriamente na ação do sujeito, porque a ação pode ser realizada sem que se queira (intencionalmente) efetivá-la.

No caso de uma discussão, por exemplo, leva-se em conta a importância moral da intenção daquela discussão, por isso que se julga a ação – conforme a intenção e não a ação por ela mesma. Assim, “é por meio da *intenção* que se justifica ou se desculpa quando ela teve um resultado prejudicial” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 41, grifo do autor).

Nesse contexto, porém, Schopenhauer certifica-se de que já se tem uma base de qual seja o conceito principal da ética kantiana, o *dever*. Contudo, para bem esclarecer o termo usado por Kant, faz-se imprescindível uma definição própria dele. Segundo

Schopenhauer, para Kant a definição seria “o dever é a necessidade de uma ação por respeito diante da lei”. Todavia, Schopenhauer escreve que “o *dever* significa uma ação que *deve* acontecer por obediência em relação a uma lei. Este é o nó da questão” (2001, p. 42, grifo do autor).

Segundo ele, nesse argumento os conceitos “respeito” e “obediência” são sinônimos: “Agir por respeito à lei, na visão schopenhaueriana, não seria outra coisa a não ser agir por obediência, o que não justificaria a permuta de um termo por outro” (LIMA, 2012, p. 61).

Portanto, percebe-se até aqui que, segundo as argumentações schopenhauerianas, a ética kantiana não dispõe de uma fundamentação basilar: “*Qual é seu conteúdo? E onde está escrita?* Essas são as principais questões. Observo, em primeiro lugar, que aí existem duas questões: uma refere-se ao *princípio* da ética, a outra a seu *fundamento*” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 43, grifo do autor).

#### 1.2.4 Os Dois Erros de Kant

A partir das questões elaboradas acima, Schopenhauer busca demonstrar que a ética kantiana não está devidamente fundamentada e, por isso, apresenta equívocos drásticos. Contudo, admira-se por perceber que Kant obteve muitos seguidores por não entenderem o que de fato ele apresentava:

Causa admiração a Schopenhauer que Kant tenha conseguido agregar tantos *admiradores e confessos seguidores em sua proposta de fundamentar uma metafísica dos costumes a partir de seu apriorismo consequente*, pois pensar numa consciência moral desligada de toda e qualquer experiência revela a consagração de um equívoco fundamental que ultrapassa os limites da coerência e do bom senso instaurando um pensamento autocontraditório numa quase imbatível dominação (LIMA, 2012, p. 63, grifo nosso).

O primeiro erro kantiano está relacionado à ligação entre o *fundamento* e o *princípio* da ética que, para Kant, são a mesma coisa: “Já de início, de que o princípio moral dever ser puro ‘a priori’ e puramente formal e, pois, uma proposição sintética ‘a priori’, não tendo, por isso mesmo, nenhum conteúdo material e não podendo apoiar-se em nada empírico” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 43).

Para essa ligação entre *princípio* e *fundamento*, Schopenhauer propõe uma separação, porque cada conceito possui uma característica particular; pelo fato de alguns filósofos não conseguirem compreender bem a diferença entre ambos e, assim, confundirem o que cada um significa, preferem uni-los para facilitar a compreensão:

O *princípio* mais elevado de uma ética é a expressão mais concisa para o modo de agir que ela prescreve, ou, se ela não tiver uma forma imperativa, para o modo de agir ao qual ela propriamente reconhece valor moral. [...], portanto o “hó, tí” [que] da virtude (SCHOPENHAUER, 2001, p. 43, grifo do autor).

Em contrapartida, o conceito “*fundamento* de uma ética é, [...] o [porque] da virtude, a *razão* daquela obrigação, recomendação ou louvor, seja ele buscado na natureza humana, seja nas relações do mundo exterior ou ainda em qualquer outro lugar” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 43, grifo do autor).

O núcleo do erro “é que esta origem da lei moral é impossível em nós porque pressupõe que o homem chegue, por si só, à ideia de procurar e de informar a respeito de uma *lei* para sua vontade, de ter de submeter-se a ela e conformar-se com ela” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 50, grifo do autor).

O homem dotado de corpo, isto é, matéria, nesse primeiro erro, vive em função de uma lei moral que subsiste por si mesma e, ademais, comanda esse corpo sem sequer pressupor experiência alguma com ele. Porém, segundo Schopenhauer (2001, p. 46), “como é que algo surge do nada, ou seja, como devem se concretizar as leis das ações materiais dos homens a partir de puros conceitos ‘a priori’, sem qualquer conteúdo empírico material”.

Dessa forma, cada sujeito teria a sua moral e viveria por ela e a partir dela. Mesmo se houvesse vontade, o sujeito deveria servir à moral, porque ela é fruto da razão e a razão é também “uma lei para a vontade”, segundo Schopenhauer (2001, p. 50). Segundo Lima, “tal pensamento faz do homem o ‘punctum saliens’, ou seja, o ponto de destaque da moralidade o que conseqüentemente abre a perspectiva de que o egoísmo é que pode conduzir o agir dos homens” (LIMA, 2012, p. 64).

Schopenhauer confirma o erro, “pois a moral tem a ver com a ação *efetiva* do ser humano e não com castelos de cartas apriorísticos, de cujo resultado nenhum homem faria caso” (2001, p. 52, grifo do autor). “E, como para o homem só o empírico ou o que porventura é empiricamente existente tem realidade pressuposta, a motivação moral tem de ser, de fato, *empírica*” (2001, p. 51, grifo do autor).

O segundo erro é apenas uma continuação do que fora supramencionado, pois dá seqüência à crítica schopenhaueriana no que se refere à moral kantiana sem uma fundamentação segura, empírica e efetiva. O filósofo de Dantzig assegura que “o segundo erro é, portanto, a falta total de realidade e por isso efetividade impossível” (2001, p. 52).

O fato de Kant assegurar-se em conceitos absolutamente abstratos, “a priori”, exclui totalmente a possibilidade de haver um conteúdo que seja real, empírico, que faça parte da realidade do homem. Por isso, para Schopenhauer, “a falta de conteúdo é o segundo erro da fundamentação kantiana da moralidade” (2001, p. 52). Além disso, Schopenhauer afirma que a moral kantiana “paira no ar como uma teia de aranha de conceitos, os mais sutis e vazios de conteúdo, não se baseia em nada e não pode por isso nada suportar e nada mover” (2001, p. 52).

Destarte, com estas considerações do filósofo de Dantzig, ele tenta reforçar os dois erros kantianos e afirmar que a razão é apenas uma faculdade humana, e que por si só, não define valores morais sem fazer uso da experiência. Para se obter um valor moral bem fundamentado é imprescindível que haja também modos justificáveis empiricamente e não apenas em conceitos absolutamente abstratos e racionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo versa sobre uma crítica de Arthur Schopenhauer à moral de Immanuel Kant a partir da obra *Sobre o fundamento da moral*. Buscou-se analisar quais os critérios levados em consideração para que Schopenhauer pudesse fazer determinadas afirmações acerca da moral kantiana.

O tema tem relevância, levando em conta o ser humano na sua totalidade e não apenas em partes, como parece fazer Kant. Para o pensador prussiano, a razão é que possui a suma importância, porém, o homem não é só razão. A partir disso Schopenhauer avalia a moral kantiana.

A moral de Kant, apesar de universal, fica além do homem na sua integridade. Assim, parece estar fora da realidade humana, apesar de abranger a razão – característica que distingue o homem dos demais animais.

No que se refere à inspiração no pensamento de Immanuel Kant, o próprio pensador explicita que ele foi um grande fenômeno para a filosofia. Schopenhauer relaciona que o que foi proposto pelo seu compatriota é como que uma operação de catarata em um cego. Porém, Schopenhauer se coloca na posição de anexar na operação um par de óculos.

Assim, Schopenhauer pretende esclarecer e purificar o que há de verdadeiro e maravilhoso na doutrina kantiana, mas, além disso, ele quer repreender os erros significativos cometidos por Kant.

## REFERÊNCIAS

- GUTIERREZ, L. C. **O fundamento da moral no pensamento de Arthur Schopenhauer**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.usjt.br/biblioteca/mono\\_disser/mono\\_diss/2011/145.pdf](http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2011/145.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2016.
- LIMA, A. M. V. de. **Mitleid: a compaixão como fundamento da moral no pensamento de Arthur Schopenhauer**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012. Disponível em: <[http://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/257265485.marcos\\_pdf\\_definitivo.pdf](http://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/257265485.marcos_pdf_definitivo.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2016.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- REALE, G. **História da Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005. v. 4.
- REALE, M. A filosofia na obra de Machado de Assis. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro: ABL, v. 11, n. 44, p. 7-33, jul./set. 2005. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/prosa44a.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- SCHOPENHAUER, A. **Sobre o fundamento da moral**. Tradução: Maria Lúcia Mello Oliveira Cacciola. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.